



“Questão Social, Pandemia e Serviço Social: em defesa da vida e de uma educação emancipadora”

Eixo temático: Questões Agrária, Urbana, Ambiental e Serviço Social

Sub-eixo: Ênfase na Questão Ambiental

QUESTÃO AMBIENTAL, AGROECOLOGIA E SOBERANIA ALIMENTAR:
lutas sociais na construção de sistemas agroalimentares sustentáveis e de outro
metabolismo social .

MONICA GROSSI ¹

Resumo

Este artigo tem como objetivo realizar um aprofundamento teórico-conceitual e político sobre a agroecologia e a soberania alimentar, e sua relação com a luta dos movimentos sociais e de outros sujeitos coletivos, do campo e da cidade. Concluimos que a abolição das relações de produção capitalista, causadoras do antagonismo entre campo e cidade, impõe o fortalecimento das lutas sociais, onde a agroecologia e a soberania alimentar ocupam lugar destacado na construção de outro sistema agroalimentar e de outro metabolismo social.

Palavras-chave: Questão Ambiental; Agroecologia; Soberania Alimentar; Lutas Sociais; metabolismo Social.

Abstract:

1 Professor com formação em Serviço Social. Faculdade De Serviço Social Da universidade Federal De Juiz De Fora

This article aims to carry out a theoretical-conceptual and political deepening on agroecology and food sovereignty, and their correlations between the struggles of social movements and other collective subjects, from the countryside and the city. We conclude that the abolition of capitalist production relations, which leads to the antagonism between countryside and city, imposes the strengthening of social struggles, where the agroecology and food sovereignty occupy a prominent place in the construction of another agri-food system and another social metabolism.

Keywords: Environmental Issues; Agroecology; Food Sovereignty; Social Struggles; Social Metabolism.

INTRODUÇÃO

Este trabalho é parte dos estudos de pós-doutorado, que realizamos no Instituto de Sociologia e Estudos Campesinos – ISEC, da Universidade de Córdoba, na Espanha. O ISEC tem se destacado como um importante centro de pesquisa e de formação de quadros, exercendo grande influência no debate e na construção concreta da agroecologia, como ciência e prática de transformação, e no fortalecimento do conceito e princípio político da soberania alimentar.

Nossa compreensão sobre a questão ambiental relaciona-se à desigualdade das classes e povos no acesso aos bens ambientais e na repartição dos efeitos perversos da destruição ambiental, demarcando contradições estabelecidas pelo capitalismo na interação, entre sociedade e natureza. Politicamente, a questão ambiental pauta-se na defesa do caráter coletivo dos bens ambientais, como

indispensáveis à vida humana e à sua reprodução, donde a questão do acesso a esses bens se constitui num direito público e universal.

É no contexto de crise estrutural do capital, que a questão ambiental ganha visibilidade mundial como uma manifestação da lógica destrutiva do capital, onde o atual processo de acumulação vem se desenvolvendo através de grande ofensiva sobre a natureza e, principalmente, sobre os camponeses, através de processos de exploração e negação/retirada de direitos fundamentais à vida, como a terra, o trabalho e a alimentação.

Destacamos os conceitos marxianos de metabolismo social e de falha metabólica, para estabelecer sua relação com a análise da crise contemporânea do capital, especificando a produção da agricultura capitalista das corporações transnacionais do agronegócio.

Marx (1983) ensina que o metabolismo social se expressa como condição universal de qualquer sociedade humana, realizando-se através do processo de trabalho, em que o ser humano transforma a natureza externa para a produção de suas necessidades, transformando, ao mesmo tempo, sua natureza interna. O amadurecimento deste conceito, segundo Foster(2005,p.223), com as noções subordinadas de trocas materiais e ação regulatória,"permitiu que ele expressasse a relação humana com a natureza como uma capacidade que abrangia tanto as condições impostas pela natureza quanto a capacidade dos seres humanos de afetar este processo". Com o conceito de falha metabólica, Marx (1983) analisa que, sob o domínio do capital, esse metabolismo social sofre uma falha, que se explica pela separação dos produtores diretos de suas condições materiais e culturais de produção de necessidades vitais, como a produção de alimentos.

A profunda crise civilizatória (que se expressa na crise alimentar, energética, urbana, etc.) é resultante da imposição do modelo de desenvolvimento capitalista, que se expressa no campo com o modelo do agronegócio, sob a hegemonia das grandes corporações que atualmente comandam os sistemas agroalimentares, desde sua produção, armazenamento, processamento, distribuição até o consumo. Este processo agravou a concentração da propriedade das terras, dos meios de produção e de toda cadeia alimentar, trazendo como consequências o aumento da

fome e da insegurança alimentar, e de ameaças à existência dos camponeses e povos da terra, das águas e das florestas.

A predominância de grupos capitalistas transnacionais gigantes no negócio agroalimentar tem levado à designação de Império Cooperativo ou Império Alimentar. (PLOEG,2010). No neoliberalismo, este regime alimentar revela o poder destas corporações sobre os direitos dos Estados nacionais e seus povos, fortalecidas pelo livre mercado através de organismos multilaterais, como a Organização Mundial do Comércio - OMC. Sob o comando do mercado mundial, a produção da agricultura capitalista vem gerando a imposição de uma padronização alimentar e a perda da soberania dos povos e dos países sobre os alimentos, de modo que muitos países hoje não conseguem produzir seus próprios alimentos.

A crise alimentar, a insegurança alimentar e a fome são expressões devastadoras deste regime, às quais se somam a ampliação do consumo de energia e materiais, e dos resíduos produzidos, com imensos impactos ambientais e sociais, e como claras demonstrações da falha metabólica no desenvolvimento da agricultura capitalista. É importante considerarmos que a fome e a insegurança alimentar se relacionam com questões estruturais, que se expressam, dentre outras coisas, nas condições ambientais cada vez mais adversas em que se desenvolve o atual regime alimentar .

A construção de condições para mudanças concretas no sistema agroalimentar direcionadas para a sustentabilidade torna-se um desafio e uma necessidade urgente diante do severo agravamento da fome, que no mundo, segundo os dados da FAO, alcançou em 2021, 2,3 bilhões de pessoas, o que significa quase 30% da população mundial. Nos países do capitalismo periférico e dependente, como o Brasil, o aumento gigantesco da fome, nos dados divulgados no ano de 2022, atinge 33,1 milhões de pessoas, sendo que 125,2 milhões encontram-se em situação de insegurança alimentar(REDE PENSSAN,2022).

Neste amplo quadro de vulnerabilidades, fome e insegurança alimentar, a agroecologia se apresenta como um enfoque científico do trabalho agrário, através de conhecimentos e instrumentos, que possibilitam o desenvolvimento e a ampliação da capacidade dos agricultores familiares camponeses de construir

sistemas agrícolas que produzam alimentos saudáveis direcionados para a satisfação das necessidades alimentares, com base na conservação da biodiversidade e dos bens ambientais, eliminando a dependência de petróleo e demais insumos artificiais. A agricultura agroecológica se apresenta como base para a confrontação com o sistema alimentar hegemônico, pois esta agricultura é diversificada, limpa e sustentável energeticamente, e é mais resiliente às mudanças climáticas, sendo portanto, elemento chave para os processos de soberania alimentar, tecnológica e energética.

As mudanças no atual metabolismo do capital, através da agroecologia e da soberania alimentar, passam por processos de trabalho renovados (cooperativos, autogestionários, não alienados, livres de opressões de gênero, geração, etc) em territórios livres, o que necessariamente impõe a elevação de resistências, confrontos e de ampla organização e luta político no campo e na cidade (e sua articulação) em torno da natureza e do trabalho.

Este artigo se baseia em análise bibliográfica e documental. Tem como objetivo realizar um aprofundamento teórico-conceitual e político sobre a agroecologia e a soberania alimentar e sua relação com a luta dos movimentos sociais e de outros sujeitos coletivos, do campo e da cidade, como elementos centrais para a construção de outro sistema agroalimentar e de outro metabolismo social.

I- Agroecologia e Soberania Alimentar: elementos fortalecedores das lutas sociais para a construção de sistemas alimentares sustentáveis e de outro metabolismo social.

-Agroecologia: dimensões e processos de transição produtiva, social e política

Compreendemos a agroecologia numa perspectiva que ultrapassa o desenvolvimento de uma agricultura ecológica, que produza alimentos saudáveis, uma vez que esta perspectiva restrita, pode e vem sendo capturada pelo capitalismo como um nicho de mercado. A construção da agroecologia abrange três dimensões, que são complementares: a dimensão técnico-produtiva (manejo ecológico na

produção agrária); a dimensão sócio-econômica (elementos sociais e econômicos do processo de produção, circulação e consumo, formas organizativas) e a dimensão política (relações de poder, níveis de autonomia alcançados nos territórios, suas culturas, envolvendo produção, circulação e consumo), Sevilla Guzmán e Cuéllar Padilla(2012).

Na dimensão técnico-produtiva, o conhecimento camponês tem papel fundamental.

A especificidade do enfoque técnico produtivo da agroecologia se fundamenta em uma epistemologia crítica que encontra suas raízes na forma de conhecimento campones. A partir do reconhecimento dos limites do enfoque científico convencional para a compreensão da realidade agroalimentar, a agroecologia constitui um olhar analítico alternativo(SEVILLA GUZMÁN, SOLER MONTIEL, 2010, p.197).

Rejeitando o uso das sementes manipuladas pela tecnologia da revolução verde, a agroecologia se baseia no uso de sementes varietais, próprias de cada lugar, e a construção de bancos e redes de sementes para sua utilização, adaptação e livre intercâmbio, estão na base dos processos de produção da agricultura camponesa, essenciais para sustentar a base inicial dos processos de transição agroecológica. Reforçando a questão de gênero, a Via Campesina destaca a tradição das mulheres no recolhimento, escolha e propagação de variedades de sementes para uso alimentício e medicinal, considerando-as como protetoras primárias dos recursos genéticos e da biodiversidade do mundo.

A dimensão socio-econômica da agroecologia contempla além do manejo adequado, o desenvolvimento de “ações coletivas por meio de sistemas agroalimentares locais” (SEVILLA GUZMÁN, 2010,p.11), que fortalecem os espaços de circulação (espaço entre a produção e o consumo), com a criação de mercados alternativos, que possibilitem o desenvolvimento organizativo de uma agricultura participativa direcionada a equidade social e à melhoria das condições de vida dentro dos sistemas socioculturais próprios de cada lugar.

É importante destacar que tanto a práxis como o objeto de estudo da agroecologia vem se ampliando para todo sistema alimentar, abrangendo não só o desenvolvimento da agricultura, mas também a relação entre a produção e todos os processos relacionados à circulação e ao consumo, tanto no campo como na cidade.

Neste sentido, Soler Montiel e Calle Collado (2010) destacam a importância da análise das relações intersetoriais e especialmente a articulação entre produção e consumo através das redes sociais, e dos canais curtos de comercialização em mercados locais direcionadas a atenção das necessidades básicas, considerando critérios de equidade e sustentabilidade, como respostas coletivas a atual globalização alimentar.

Considerando o atual quadro de crise alimentar, ecológica e social (como parte e expressão da crise do capital), a agroecologia oferece alternativas a um desenvolvimento rural de base camponesa, que se articula com iniciativas de desenvolvimento rural de novo tipo, vinculados a processos de recampesinização, ou seja, a (re) criação, ressurgimento do campesinato (PLOEG, 2008), como contraposição a um desenvolvimento rural sem agricultura e sem agricultores, onde a dimensão de luta política é essencial.

A dimensão política da agroecologia ultrapassa a crítica à agricultura convencional abarcando a necessária análise das relações sociais, presentes no sistema capitalista, que reproduz essa agricultura, rompendo com a lógica desta atividade, para além da produção de mercadorias padronizadas que se baseia no aumento da produtividade e do lucro, a partir da aplicação de conhecimentos científicos fragmentados. Neste sentido, a discussão conceitual e política da agroecologia tem avançado numa pluriepistemologia construindo novos conhecimentos.

Sevilla Guzmán (2005), vem defendendo que a dimensão política da agroecologia, questiona a destruição das culturas camponesas operada pela revolução verde, e remete à compreensão dos camponeses sobre os processos de exploração aos quais estão submetidos, para que eles possam se organizar e lutar para desenvolver, junto com técnicos, processos de transição da agricultura convencional para a agroecologia. Estes processos envolvem,

{...}propostas coletivas que transformem as relações de dependência dos agricultores em relação ao funcionamento atual da política e da economia. Ela se propõe, para além do nível da produção, introduzir-se nos processos de circulação, transformando os mecanismos de exploração social. Requer a utilização de experiências produtivas em agricultura ecológica na elaboração de propostas para ações sociais coletivas que demonstrem a lógica

predatória do modelo produtivo agroindustrial hegemônico, permitindo sua substituição por outro que aponte para uma agricultura socialmente mais justa, economicamente viável e ecologicamente apropriada". (SEVILLA GUZMAN, 2005,p.3).

Mas esta transição tem perspectivas mais amplas, e Sevilla Guzmán(2011) é assertivo de que estes processos de transição devem considerar as dimensões ecológico-produtiva; socioeconômica e cultural e a dimensão política de transformação social, potencializando a promoção de mudanças mais significativas no campo e na sociedade, que ultrapassem o agroecossistema e construção de um novo sistema agrário, para fundamentar possibilidades de transformação do modo de produção.

Ao abordar as origens da agroecologia no pensamento marxista e libertário, Sevilla Guzmán(2011) destaca potencialidades das resistências históricas do campesinato e das comunidades indígenas, como contribuições à superação do capitalismo, a partir da agroecologia, num processo de transição socialista. Sua crítica se direciona ao que chama de marxismo ortodoxo, que fadava o campesinato ao desaparecimento com a industrialização da agricultura, afirmando que a morfologia social camponesa, como grupo social, possui relações e elementos de resistência ao desenvolvimento do capitalismo, uma vez que suas construções identitárias reúnem resistências simbólicas e experiências que ressignificam as relações sociais de trabalho e relações estabelecidas com a natureza.

Também situa a agroecologia como um processo histórico no campo diretamente vinculado com a resistência dos setores oprimidos tanto do campo como da cidade, de modo especial, nos países periféricos do capitalismo. E é a partir desta resistência e da busca de libertação da dominação e da opressão imposta aos povos do campo, que surge um determinado tipo de manejo dos recursos naturais de base ecológica, sendo os camponeses, através de suas múltiplas formas de resistência, considerados em sua potência, como agentes de transformação social.

Para Sevilla Guzmán(2011) aí se estabelecem as relações da agroecologia como elemento de transformação social, através do manejo dos recursos naturais, que envolvem processos de trabalho e de transformação da natureza, que se

vinculam ao pensamento marxiano(ou seja do próprio Marx, especialmente em “O Capital I) com o conceito de metabolismo social. Também destaca a conceito de falha metabólica de Marx na análise das mudanças operadas no manejo industrial dos recursos naturais, através da industrialização da agricultura, e situa a agroecologia na sua dimensão social e política como contribuição a um tipo de manejo dos recursos naturais baseada na sustentabilidade da agricultura, que se confronta e se coloca como alternativa ao modelo capitalista hegemônico.

Para o professor espanhol Manuel González de Molina (2012), o conceito de metabolismo se coloca como uma ferramenta conceitual importante e comum as distintas disciplinas, que estudam a questão ambiental. A agroecologia também surge no campo das disciplinas híbridas, estando no campo da transdisciplinariedade, onde estes conceitos se colocam como fundamentais para a análise das relações entre sociedade e natureza. E acrescenta que a aplicação do conceito de metabolismo social aos agroecossistemas, tem fundamentado estudos sobre o metabolismo agrário e a questão de sua sustentabilidade.

Para esse autor, o enfoque metabólico integra não só os os aspectos ambientais ou agronômicos, mas também os econômicos e sociais, e permite distinguir as diversas escalas (cultivo, fazenda, local, nacional ou global) de atuação para conseguir que este objetivo se mantenha no tempo e adquira uma dimensão relevante, para contrarrestar a crise ambiental no campo.

Gonzalez de Molina(2012) reforça que sem uma mudança social que instaure um novo modelo econômico, não haverá sustentabilidade. Neste sentido, a agroecologia tem abrangido uma concepção forte de sustentabilidade, não só através de mudanças agronômicas(tecnológicas) mas também socioeconômicas e políticas. Por isso defende que os agentes econômicos carecem de regulações e dos incentivos que viabilizem alternativas tecnológicas sustentáveis. E sem um marco institucional que fomente os canais curtos de distribuição de alimentos, por exemplo,será impossível um sistema agroalimentar sustentável, pois o modo atual de regulamentação dos mercados alimentares, favorece claramente os canais longos e uma relação pouco equitativa entre agricultores e distribuidores de alimentos.

Este autor destaca que, este enfoque do metabolismo social, também se constitui numa ferramenta política, pois ao colocar em relevo os aspectos críticos do sistema alimentar, sinaliza aos movimentos sociais os principais objetivos da ação, e aos governos, fornece orientações para políticas públicas.

O enfoque teórico e metodológico do metabolismo social, ao integrar os aspectos fisicobiológicos com os sociais e econômicos se converte em uma base idônea para dotar do necessário enfoque político a agroecologia. {...} assim se podem desenhar com rigor e eficácia políticas públicas que avancem pelo caminho da sustentabilidade".(sem paginação).

A agroecologia, portanto, se afirma como contribuição à superação da falha metabólica na agricultura e na sociedade, uma vez que a mesma envolve transformações necessárias na agricultura (produção, circulação e consumo) e no manejo dos recursos naturais, sendo portanto elemento de restauração da terra e de salvaguarda da natureza como bem coletivo (bem comum) contra a mercadorização e a apropriação privada feitas pelo capitalismo. Neste sentido, destacamos no pensamento marxiano, a referência ao princípio de restituição do metabolismo social, uma vez que a destruição das condições deste metabolismo, desenvolvido espontaneamente, impõe, ao mesmo tempo, a necessidade de restaurá-lo sistematicamente, como lei reguladora da produção social, a partir de um modo adequado ao pleno desenvolvimento humano.

Compreendemos com Foster (2005) que Marx, quando fala de falha irreparável, não afirma que ela seja insuperável, mas que sua reparação não encontra condições imediatas de se realizar a partir das condições materiais disponíveis. A busca de superação desta falha requer o acirramento de contradições com o capitalismo, e impõe a necessidade de alterações qualitativas na relação entre sociedade e natureza.

O intento de Marx, ao elucidar as formas de falha do metabolismo com a natureza e as suas especificidades no capitalismo era fundamentar a necessidade de construção de outra organização societária, que restabeleceria a relação de unidade entre os seres humanos (mulheres e homens na sua condição de trabalhadoras(es)) e a natureza, através do trabalho criativo, não subordinado e

alienado, exercido por produtoras(es) livremente associados. A construção de uma verdadeira sustentabilidade co-evolutiva requer que a interação entre processos naturais e sociais, ao longo do tempo, que permita superar as falhas metabólicas, resultantes de determinados modos de produção.

Nossas reflexões vem se pautando no necessário fortalecimento das lutas sociais das classes subalternas em torno da reapropriação coletiva dos bens ambientais, como elementos que trazem força para superação da falha metabólica do capitalismo e a conseqüente construção histórica de outra sociedade. Nesta mesma direção, situa-se a necessária articulação entre as lutas pela agroecologia, soberania alimentar, reforma agrária e a defesa dos territórios camponeses, indígenas e das comunidades tradicionais, a partir de novas dinâmicas sociais e ecológicas para a superação da falha metabólica.

Este processo de transformação da natureza, mesmo orientado ecologicamente nas práticas agroecológicas, se constitui num processo de trabalho, que pode reproduzir relações hierárquicas, padrões de exploração e opressão, de gênero, raça e assalariamento. Por isso a transição precisa insidir e modificar as relações entre a sociedade e a natureza e dos seres humanos entre si, abrangendo as necessárias mudanças nas relações sociais, de trabalho, produtivas, de gênero, geração, de identidades e de classe.

Sevilla Guzmán e Soler Montiel (2010) afirmam que a dimensão política da agroecologia se relaciona com processos participativos e democráticos que se desenvolvem na produção agrícola e nas ações de transformação social e política, e que na atual situação mundial, os sujeitos coletivos precisam, no desenvolvimento da agroecologia desafiar os marcos da legalidade para desenvolver seus objetivos, avançando com suas lutas para novas formas democráticas na direção da construção de uma nova ordem econômica e política.

Soberania alimentar como um conceito político, seus pilares e o fortalecimento das lutas no campo e na cidade: protagonismo da Via Campesina.

Os avanços da agroecologia nas décadas de 1980 e 1990, e a criação do

conceito político de soberania alimentar em 1996, baseado na agroecologia, se constituíram como elementos que se potencializaram mutuamente. O conceito de soberania alimentar criado pela Via Campesina, em 1996, e sua evolução, pode ser definido como: o direito de cada nação de manter e desenvolver sua própria capacidade de produzir alimentos saudáveis, com produção sustentável em nível local, respeitando a diversidade cultural e produtiva, e como o direito de definir sua política agrícola e de alimentos.

A soberania alimentar se apoia em pilares, dentre os quais destacamos: a centralidade da alimentação como um direito humano coletivo, e não como uma mercadoria, deve estar no centro das políticas; a importância de quem produz e quem consome os alimentos; o controle dos sistemas alimentares em nível local e nacional, priorizando a produção da agricultura familiar em pequena escala, diversificada, reduzindo a distância entre quem produz e quem consome; valorização e promoção dos conhecimentos e habilidades camponeses e indígenas, através de processos de investigação participativa e do diálogo entre os saberes tradicionais e científicos para apoiar e transmitir estes conhecimentos a gerações futuras; reconhecimento da necessidade de habitar e compartilhar territórios, lutando contra a privatização dos recursos naturais; valorização, recuperação e potencialização da natureza, e das energias renováveis, para as atuais e futuras gerações. (DECLARAÇÃO DE NYÉLÉNI, 2007).

Podemos identificar que os Fóruns Mundiais pela Soberania Alimentar (2001, Cuba; 2007, Mali) trazem elementos que mostram a estreita relação com a agroecologia com as necessárias lutas contra o atual sistema agroalimentar, e contra a expropriações, desposseções, mercadorização e a apropriação privada do conjunto dos bens ambientais, a começar pela terra e pelas sementes, mas também das habilidades e conhecimentos dos camponeses, povos indígenas e comunidades tradicionais.

A discussão sobre a soberania alimentar é ampla, assim como são as lutas e os desafios, dentre os quais se destacam: o acesso das e dos agricultores aos recursos naturais para a produção local de alimentos (terra, água e sementes); a livre decisão das e dos produtores sobre o que e como cultivar; o comércio justo de alimentos,

que favoreça a melhoria das condições de trabalho e renda de quem produz e o acesso à alimentação saudável para consumidores do campo e da cidade.

Este conceito político torna-se referência para movimentos sociais e várias organizações da sociedade civil, que encontram convergências entre as lutas pela reforma agrária, em defesa dos territórios e dos direitos dos camponeses, povos indígenas, comunidades tradicionais, agregando também organizações de produtores e consumidores que lutam por uma alimentação saudável, tanto no campo como na cidade. A constituição de um Movimento pela Soberania Alimentar tem articulado, na construção do conceito e de sua prática, movimentos e organizações camponesas, de trabalhadores rurais, extrativistas, pescadores artesanais, pastores, ONG, grupos acadêmicos, organizações ecologistas, feministas, de consumo responsável, etc.

Neste sentido, a soberania alimentar mais que um conceito, torna-se um princípio de luta, que pode possibilitar e fortalecer a relação entre campo e cidade, através de lutas conjuntas em torno do desenvolvimento da agricultura tanto no campo como no espaço urbano, potencializando a criação de novos agricultores, as cooperativas de consumidores e produtores urbanos, etc.

Os vínculos entre a agroecologia e a soberania alimentar através das lutas e resistências, no campo e na cidade, podem possibilitar a construção de uma contra hegemonia ao domínio global do capital sobre o sistema agroalimentar. Mudar o modelo agrícola industrial, baseado nas grandes propriedades e no livre comércio voltado para a exportação torna-se vital, para alterar a pobreza, os baixos salários, a fome, a migração rural urbana e a degradação ambiental.

A soberania alimentar é indissociável da luta por democracia, e os sujeitos coletivos através de sua organização político-organizativa e de construção de lutas, vem materializando estes processos democráticos na direção política de reconstrução de sistemas alimentares desde suas bases. A agroecologia se constitui num instrumento de reforço aos movimentos sociais, e também é potencializada pelas práticas e experiências democráticas dos movimentos e organizações sociais, que lutam por soberania alimentar. Portanto, é também uma luta política por democracia na construção de outro modelo produtivo e político, que garanta a

soberania alimentar.

II- A repolitização da agroecologia e a democratização alimentar através da luta de sujeitos coletivos: contribuições da agroecologia política.

Gallar Hernandez e Calle Collado (2017) trazem questões importantes relacionadas á necessária repolitização da agroecologia, no sentido de ressituar a agroecologia como ponto de saída para a transição agroecológica em direção á soberania alimentar. Para estes autores, a agroecologia política é compreendida como " a análise e a atuação sobre as condições sociais, as redes e os conflitos que resultam do apoio para uma mudança social agroecológica{...} a democratização alimentar"(p.2).

Neste sentido, afirmam a indispensável participação de sujeitos políticos coletivos, que ocupem a arena social e política em disputa, com aborgagens contra hegemônicas, que tenham base social, cooperação estável, espaços de reflexão próprios, intelectuais orgânicos, capacidade de articulação e horizonte social e político, para fortalecer os necessários enfrentamentos e a construção de alternativas.

Destacam a Via Campesina como o principal sujeito político camponês, com capacidade de gerar, em nível internacional, uma resistência intelectual e prática através do conceito de Soberania Alimentar. Mas também chamam atenção para o que denominam como movimento campesinista, que são aqueles movimentos que mesmo não sendo do campo, compartilham e fortalecem a proposta de soberania alimentar da Via Campesina, exemplificando grupos em Andaluzia e outras regiões da Espanha, que realizam cultivos baseado na autogestão e grupos de consumidores, que de modo geral estão nas cidades. Para estes autores, numa perspectiva política e ampla,

A agroecologia é autonomia, criatividade, processos coletivos, cooperação{...}é sobretudo, uma visão política da construção de uma nova sociedade global e local, que ponha no centro a vida, partindo dos processos que tem a ver com a produção, a distribuição e o consumo de alimentos ambientalmente sãos, socialmente justos, economicamente viáveis, culturalmente apropriados, completos nutricionalmente em sistemas alimentares

e territórios sustentáveis.{...} são movimentos sociais agroecológicos e políticas públicas agroecológicas.{...} a agroecologia tem que ser feminista, ou não será.(GALLAR HERNANDEZ E CALLE COLLADO (2017,P.2)

A agroecologia neste sentido, requer politização de todos os âmbitos em torno da agricultura e da alimentação para dar respostas sustentáveis, justas e emancipadoras. Calle Collado; Gallar Hernandez; Candón(2013) ao discutirem a necessidade de visões e propostas vinculadas a uma agroecologia política destacam que o modo campones de uso dos recursos naturais é parte do metabolismo agrário, que se constrói e se mantém através de um processo de coevolução social e natural, capaz de manter um metabolismo social sustentável.

[...]metabolismos agrários nos quais os processos de apropriação, transformação, distribuição, consumo e excreção se mantêm dentro dos limites biofísicos do ecossistema com formas de ação social e cosmovisões (interpretações culturais) que vigiam a reprodução social de seus habitantes e a satisfação de suas necessidades básicas, ainda que submetidos a estruturas de poder e o status quo que geram as desigualdades das lógicas de exploração, ecológica e social próprias de cada momento e território. (CALLE COLLADO; GALLAR HERNANDEZ; CANDÓN,2013,p260).

Calle Collado; Vara Sanchez; Cuelar Padilla(2012,p.82) acrescentam que,

A transição social agroecológica nos leva, portanto, a análise, a partir de uma agroecologia política, daquelas condições sociais e ecológicas que impulsionam uma mudança social agroecológica, e dos atores e conflitos que insidem nela.{...} são essenciais para este enfoque desde a agroecologia emergente, as aportações que nos mostram como inovações e como repercussões de práticas de sustentabilidade tem sua base em estratégias de cooperação social que vão desde baixo(estilos de produção agroecológicos, circuitos de proximidade, vínculos comunitários) até acima(sistemas agroalimentares, redes sociais)

Estes autores afirmam que a perspectiva de análise que os orienta se nutre da bagagem teórica e prática do ISEC, e que o elemento chave da mudança social agroecológica, “reside na capacidade de um sistema sociambiental(comunidade, sociedade ou território) para recriar e alentar dinâmicas contextualizadas de cooperação social dirigida ao manejo sustentável e equitativo dos recursos

naturais(CALLE COLLADO; VARA SANCHEZ; CUELAR PADILLA,2012,p.85).

Para Calle Collado, Gallar Hernandez; Candón (2013,p.252), agroecologia política pode ser a base para um modelo de transição, que reflete práticas e análises, que os movimentos camponeses e redes alimentares do Norte e do Sul estão propondo, no local e no global. Ela insinde sobre os processos de cooperação social que constroem estilos alimentares(pautas e redes de produção, distribuição e consumo) equitativos e sustentáveis em direção à democratização alimentar. São tradições dissidentes que afirmam uma agroecologia emergente que impulsiona, desde baixo, formas de cooperação social e enriquecimento da biodiversidade como estratégia de resiliência socioambiental, onde se destacam: as economias camponesas; os movimentos indígenas; os cultivos sociais; o ecologismo político dos novos movimentos globais e o sindicalismo rural. São lutas sociais ancoradas no setor agroalimentar que se constituem como referências práticas. E para estes autores, estas tradições dissidentes junto com as inovações emergentes em agroecologia indicarão o caminho(epistemológico e prático) para uma proposta global de transição(social) agroecológica.

As resistências e alternativas a esse sistema alimentar capitalista e ao modelo industrial de manejo dos recursos naturais, se acentam em experiências de diversos sujeitos coletivos, tendo a agroecologia e a soberania alimentar como base para as estratégias produtivas e como elementos decisivos para a luta política.

Por un lado la agroecología, como enfoque científico e como filosofía de acción, que tiene su razón de ser en el manejo participativo y sustentable de los recursos naturales. Por otro lado, la Soberanía Alimentaria como concepto de transformación social y de lucha política, que tiene como razón de ser la redistribución del poder en la toma de decisiones en torno de la alimentación(SEVILLA GUZMÁN e CUÉLAR PADILLA 2012,p.16-17).

Sevilla Guzmán e Cuélar Padilla (2012,p.25) nos esclarecem que tanto a soberania alimentar(como conceito teórico-político) quanto a agroecologia (como um paradigma científico transformador) reconhecem que o atual sistema agroalimentar é o responsável pela fome,pela pobreza, e por grande parte da crise ecológica. Ambas se constituem em respostas e formas de dar visibilidade a alternativas mais democráticas e horizontais que se destinem á satisfação de necessidades basicas.

Por isso, a partir de sua dimensão política e cultural, tanto a agroecologia quanto a soberania alimentar, também estão implicadas na necessidade de análise crítica do sistema alimentar para fundamentar possibilidades de mudanças nas estruturas de poder, constituindo-se num elemento chave para a luta de sujeitos coletivos, que contribuam para a construção de uma resistência ampla e contra hegemônica ao atual sistema agroalimentar e ao modo de uso dos bens ambientais.

Conclusões

A defesa da agroecologia e da soberania alimentar constrói-se na interseção das questões agrária, urbana e ambiental, num universo ampliado de lutas e demandas, onde o acesso à terra coloca-se como um dos elementos fundamentais para a construção de lutas unitárias locais, nacionais e internacionais. Esse enfrentamento deve desvelar, entre outras dimensões, as desigualdades de poder sobre os recursos naturais e os conflitos, as tensões e os embates entre as classes sociais que se constituem pela participação desigual na estrutura produtiva e na desigualdade na distribuição e apropriação dos bens socialmente produzidos a partir das relações entre sociedade e natureza.

A condição de alcançar a autossuficiência alimentar e a soberania alimentar em cada país, passa pela produção familiar camponesa agroecológica, uma vez que o agronegócio não tem capacidade de atender estas necessidades, porque seu movimento sempre é em direção ao aumento de ganhos e de acumulação.

Concluimos que a abolição das relações de produção capitalista, causadoras do antagonismo entre campo e cidade, impõe o fortalecimento das lutas sociais, que vem sendo travadas no campo e na cidade, em torno de outro modelo agrário, agrícola e alimentar, através de alternativas concretas, onde a agroecologia e a soberania alimentar ocupam lugar destacado na construção de outro metabolismo social.

Referências Bibliográficas.

CALLE COLLADO, Ángel; VARA, Isabel; CUÉLLAR PADILLA, Mamen. **La Transición Social Agroecológica**. IN: Cuéllar, Mamen; Calle, Ángel; Gallar, David (2013): Procesos hacia la soberanía alimentaria. Perspectivas y prácticas desde la agroecología política, Barcelona: Icaria.

CALLE COLLADO, Ángel; GALLAR HERNANDEZ, David; CANDON, José. **Agroecología Política**: La transición social hacia sistemas agroalimentarios sustentables. Revista de Economía Crítica, nº16, segundo semestre 2013, ISNN 2013-5254

DECLARAÇÃO DE NYÉLÉNI. **Fórum Mundial Pela Soberania Alimentar**. Nyéléni, Selingue, Mali, 2007.

FOSTER, John Bellamy. **A ecologia de Marx**: materialismo e natureza. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

GALLAR HERNÁNDEZ, David; CALLE COLLADO, Ángel. **La construcción de sujetos políticos y la agroecología**: una lucha por la vida. Boletín ECOS-Fuhem, 39, 2017.

MARX, Karl. **O Capital**. Crítica da economia política. Volume I. Livro Primeiro - O processo de produção do capital. Tomo 1. São Paulo: Abril Cultural, 1983. (Os Economistas).

PLOEG, Jan Douwe V. D. **Camponeses e impérios Alimentares**: lutas por autonomia e sustentabilidade na era da globalização. Porto Alegre: UFRGS, 2008.

SEVILLA, GUZMAN Eduardo. **Sobre los orígenes de la agroecología en el pensamiento marxista y libertário**. Plural editores, AGRUCO, La Paz, 2011.

_____. **Incorporando la soberania alimentaria al processo de construcción de la agroecologia**. SABC, octubre, n.3, Amasando la realidad, 2010.

_____. **Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável**. Brasília: Via Campesina, 2005^a

SEVILLA GUZMÁN, Eduardo; CUÉLLAR PADILLA, Mamen. **Aportando a la construcción de la Soberanía Alimentaria desde la Agroecología**. Revista Ecología Política, 2012.

SEVILLA GUZMÁN, Eduardo y SOLER MONTIEL, Marta. **Agroecología y soberania alimentaria**: alternativas a la globalización agroalimentaria. In: QUINTERO GUERRERO, Carmen; SOLER MONTIEL, Marta (Coord.) Patrimonio cultural en la nueva ruralidad andalusa. PH Cuadernos. n26, Sevilla: Consejería de Cultura, 2010.

SOLER MONTIEL, Marta; CALLE COLLADO, Angel. **Rearticulando desde la alimentación:** canales cortos de comercialización en Andalucía. In: QUINTERO GUERRERO, Carmen; SOLER MONTIEL, Marta (Coord.) Patrimonio cultural en la nueva ruralidad andalusa. PH Cuadernos.n26, Sevilla: Consejería de Cultura, 2010.